

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 13 de março de 2019 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Patentes

**Foxconn rejeita processo de patentes da Microsoft, diz que nunca teve que pagar royalties . . . . .** 3  
ECONOMIA

## G1 - Globo | BR

Inovação

**Câmara dá urgência a proposta que revoga Lei de Licitações e cria novo marco legal . . . . .** 4  
POLÍTICA

13 de março de 2019 | Marco regulatório | INPI

**Suspensão de recursos da Fapemig provoca perda de mais de R\$ 15 milhões para pesquisas da UFMG . . . . .** 7  
MINAS GERAIS

## Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

**INPI amplia piloto de exame prioritário de patentes para microempresas . . . . .** 9

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

**STJ começa a julgar ação sobre distribuição de cópias de softwares . . . . .** 10  
GABRIELA COELHO

# Foxconn rejeita processo de patentes da Microsoft, diz que nunca teve que pagar royalties

ECONOMIA



Reuters

REUTERS/Tyrone Siu

royalties e aos termos de auditoria de um contrato assinado em 2013 com a Hon Hai, que controla a Foxconn.

"A Microsoft leva seus próprios compromissos contratuais a sério e esperamos que outras empresas façam o mesmo", disse a empresa em um comunicado. "Nossa relação de trabalho com a Hon Hai é importante e estamos trabalhando para resolver nosso desacordo."

A Foxconn, formalmente Hon Hai Precision Industry, se destacou mundialmente como montadora do iPhone da Apple.

A Foxconn respondeu nesta terça-feira a um processo por **violação de patente** aberto pela Microsoft contra a empresa do Taiwan, dizendo que como um fabricante contratado nunca seria necessário pagar royalties para o software da empresa norte-americana.

A Microsoft apresentou a queixa contra a subsidiária da Foxconn, a FIH Mobile no Distrito Norte da Califórnia, na sexta-feira. Ela está reivindicando royalties não pagos por patentes usadas em dispositivos para clientes, incluindo um dos principais vendedores chineses de smartphones.

O fundador e presidente-executivo da Foxconn, Terry Gou, disse em uma coletiva de imprensa improvisada em Taipei que "**violação de patente**" não é um problema para a sua empresa, que "vai sofrer quase nenhuma perda" como resultado da ação judicial.

A Foxconn "nunca pagou nenhuma taxa de patente para a Microsoft", disse Gou.

A FIH não pôde ser encontrada imediatamente para comentários. Em um comunicado, a Microsoft disse que a ação legal estava relacionada ao contrato de

# Câmara dá urgência a proposta que revoga Lei de Licitações e cria novo marco legal

POLÍTICA



*Na prática, com urgência, proposta poderá ser votada mais rapidamente pelo plenário; texto já foi aprovado por comissão da Câmara. Legislação atual sobre tema é de 1993.*

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (12) dar urgência à proposta que revoga a Lei de Licitações e cria um novo marco legal para União, estados e municípios.

Na prática, com a decisão, a proposta poderá ser votada mais rapidamente pelo plenário. O mérito do texto, ou seja, o conteúdo, ainda deverá ser analisado pelos parlamentares.

Se aprovado, o projeto será enviado ao Senado. O texto foi aprovado em comissão especial da Câmara em dezembro do ano passado.

A proposta concentra todas as normas para as licitações, revogando a Lei de Licitações (1993), a Lei do Pregão (2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (2011).

Pela Constituição de 1988, o poder público é obrigado a fazer licitação quando precisa contratar obras, serviços ou fazer compras.

Saiba o que prevê o projeto:

## Sigilo

abpi.empauta.com

Como é hoje: A lei atual deixa claro que a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis os atos de seu procedimento. A exceção fica por conta do conteúdo das propostas realizadas pelos concorrentes, até a apresentação.

O que diz o projeto: O texto do projeto em discussão pelos deputados estabelece que os atos são públicos, mas faz uma ressalva mais genérica, para "as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei". A proposta permite, por exemplo, que o orçamento estimado pela Administração Pública seja sigiloso, "havendo motivos relevantes devidamente justificados". Mas este sigilo não vai valer para órgãos de controle interno e externo.

## Punição por fraudes

Como é hoje: A lei atual estabelece pena de 3 a 6 anos para quem fraudar licitações.

O que diz o projeto: A proposta em discussão amplia a pena, para 4 a 8 anos de prisão. Se houver sobrepreço ou superfaturamento, a pena passa a ser de 4 a 12 anos de prisão.

## Medidas cautelares

Quando os tribunais de contas suspenderem os processos de licitação, em decisão provisória, eles terão de se pronunciar definitivamente sobre o mérito das supostas irregularidades no prazo de 25 dias úteis, prorrogável pelo mesmo período uma única vez.

## Infrações administrativas

Como é hoje: A lei atual prevê punições que variam de advertência, passando por multa até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Ad-

Continuação: Câmara dá urgência a proposta que revoga Lei de Licitações e cria novo marco legal

ministração.

O que diz o projeto: O texto em discussão mantém estas hipóteses, mas também estabelece diretrizes a serem observadas no momento da punição: natureza e gravidade da infração, circunstâncias agravantes e atenuantes. E determina um valor mínimo e máximo para a aplicação de multas: não podem ser menores de 0,5% e nem maiores que 30% do valor do contrato licitado.

## Dispensa de licitação

Como é hoje: A lei atual permite a dispensa de licitação para serviços e compras até R\$ 8 mil, além de obras e serviços de engenharia até R\$ 15 mil.

O que diz o projeto: A proposta em discussão aumenta estes limites: R\$ 50 mil para compras e serviços e R\$ 100 mil para obras e serviços de engenharia.

## Fases da licitação

A proposta prevê as seguintes fases: preparatória; divulgação do edital de licitação; apresentação de propostas e lances; julgamento; habilitação; recursal; homologação. Na prática, a habilitação passa a ser uma etapa posterior ao julgamento.

## Modalidades da licitação

A proposta nova altera as modalidades de licitação, excluindo o convite (previsto na lei atual) e incluindo o diálogo competitivo. Este diálogo competitivo pode ser usado na contratação de serviços que envolvam, por exemplo, **inovação tecnológica**.

## CrITÉRIOS

Como é hoje: A Lei de Licitações estabelece os seguintes critérios para julgamento das propostas concorrentes: menor preço; melhor técnica; técnica combinada com preço; maior lance ou oferta.

O que diz o projeto: A proposta nova altera estes critérios, prevendo: menor preço; maior desconto; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior lance, no caso de leilão; maior retorno econômico.

## Prazos

A proposta estabelece prazos mínimos para os interessados em participar das licitações apresentarem propostas e lances. Estes prazos variam de 8 a 60 dias, dependendo do critério de julgamento adotado.

## Divulgação na internet

A proposta da Câmara cria o Portal Nacional de Contratações Públicas (PCNP), um site oficial que vai centralizar as informações sobre as licitações realizadas.

## Manifestação de interesse

O novo texto cria a possibilidade de realização do procedimento de manifestação de interesse. Por este mecanismo, a Administração Pública pede à iniciativa privada a realização de estudos e projetos, que podem posteriormente serem usados em licitações - se isso ocorrer, a empresa que fizer o projeto poderá ser ressarcida.

## Mediação e arbitragem

Na solução de controvérsias surgidas nas licitações, o texto novo vai permitir o uso de mediação e ar-

Continuação: Câmara dá urgência a proposta que revoga Lei de Licitações e cria novo marco legal

bitragem, meios alternativos a processos judiciais.

no local onde o serviço está ocorrendo, informando a data prevista para o empreendimento ser retomado.

Obras paradas

O projeto de lei proíbe a administração pública de retardar sem motivos a execução de obra e serviço. Se ocorrer paralisação ou suspensão do contrato, será elaborado um aviso de obra paralisada, a ser colocada

# Suspensão de recursos da Fapemig provoca perda de mais de R\$ 15 milhões para pesquisas da UFMG

MINAS GERAIS



*O corte de recursos anunciado pela fundação coloca em risco o desenvolvimento científico, diz reitora. De acordo com a Fapemig, a crise fiscal provocou a suspensão das bolsas.*

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) vem sofrendo com a suspensão de R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e de cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores. O impacto foi provocado pelos cortes anunciados em fevereiro pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado (Fapemig).

"Esta redução é preocupante e significa um risco para o desenvolvimento científico a médio prazo", disse a reitora da universidade, Sandra Regina Goulart Almeida.

A fundação informou em um comunicado publicado em seu site que "o Estado de Minas Gerais vem enfrentando severa crise fiscal, com decretação de calamidade financeira. Esta realidade tem afetado diretamente a capacidade da Fapemig de honrar com os compromissos assumidos junto a seus parceiros e beneficiários". Nenhum novo edital será lançado até que os recursos sejam regularizados.

Enquanto não forem regularizados os repasses, pro-

jetos que foram aprovados, mas que ainda não foram pagos terão seus prazos prorrogados.

"O primeiro impacto é o científico-tecnológico. E isso influencia diretamente na economia do estado. O governo de Minas Gerais lucra com a tributação gerada pela pesquisa das universidades. O segundo impacto é o social já que muitos dos nossos alunos precisa das bolsas para sua própria subsistência", disse a reitora.

Segundo a UFMG, para cada R\$ 1 que vai para universidade a partir de patentes desenvolvidas por ela, o governo de Minas Gerais lucra R\$ 30 através da tributação. "Nós queremos mostrar para os nossos governantes a importância econômica da pesquisa. Países como a Coreia e a China conseguiram lidar com crises através de investimentos na ciência", falou Sandra.

A UFMG é uma das líderes no ranking de patentes do Brasil. Só em 2016, foram 70 pedidos, segundo relatório divulgado pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**.

Um levantamento feito por universidades públicas e particulares de todo o estado, que são beneficiadas com recursos da Fapemig - segunda maior fundação de amparo à pesquisa do país, perdendo apenas para a Fapesp de São Paulo -, pretende dizer em números a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do estado.

"Cada região de Minas Gerais é afetada pela produção das universidades. Nós estamos promovendo

Continuação: Suspensão de recursos da Fapemig provoca perda de mais de R\$ 15 milhões para pesquisas da UFMG

este levantamento para fazer com que a situação da Fapemig seja revertida", disse a reitora.

Em reunião realizada no dia 8 de março entre representantes de universidades e entidades governamentais, o presidente da Fapemig, Evaldo Vilela, disse que 2015 foi o último ano em que a entidade recebeu integralmente 1% da receita orçamentária do Estado, cota que lhe é garantida pela Constituição mineira. Em 2018, o repasse foi de ape-

nas 30% do valor previsto por lei. O presidente também disse que recentemente a Fapemig perdeu um terço de sua força de trabalho.



## INPI amplia piloto de exame prioritário de patentes para microempresas



O post **INPI** amplia piloto de exame prioritário de patentes para microempresas apareceu primeiro em ABIPTI.

O **INPI** ampliou, por mais um ano, o Projeto Piloto Patentes MPE, que permite o exame prioritário de pedidos de patentes feitos por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP).

A resolução que institui a quarta fase do piloto já foi assinada e vale desde 1º de março, ou seja, não houve interrupção no projeto. A publicação na Revista da Propriedade Industrial (RPI) ocorrerá na próxima terça-feira, dia 12 de março.

para acessar a página do Projeto Piloto Patentes MPE.

(**INPI**)

## STJ começa a julgar ação sobre distribuição de cópias de softwares

### REVERTER DECISÃO

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça começou a julgar, nesta terça-feira (12/3), um recurso em que a Companhia de Seguros Bradesco Auto/RE tenta reverter decisão que a condenou a pagar indenização à Ambiente Seguro Consultoria e Informática. O julgamento foi suspenso após pedido de vista da ministra Nancy Andrighi.

A seguradora do Bradesco teria distribuído cópias do software que a empresa de tecnologia desenvolveu, violando **direitos autorais**. O valor atualizado da causa pode chegar aos R\$ 5 bilhões, segundo cálculo feito a partir da condenação questionada no processo. O caso chegou ao STJ em maio de 2018.

O relator, ministro Ricardo Villas Boas Cueva, votou pelo provimento do recurso. "Na minha avaliação, a ação da empresa foi de acordo com o contrato firmado entre as duas empresas. Não há que se falar em irregularidades, uma vez que a distribuição de cópias de softwares atendeu aos requisitos contratuais", disse o ministro.

### Condenação Questionada

No recurso, a seguradora pede a reforma de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que a condenou ao pagamento de indenização por danos materiais pela distribuição de software a terceiros, além do que estava previsto no contrato.

No contrato, foi firmada licença de uso de software entre outubro de 2010 e setembro de 2011. Foi ajustado valor mensal de R\$ 18,6 mil pela licença de uso e mais R\$ 8,3 mil pela prestação de serviços de help desk. O TJ-RJ considerou que o contrato não autoriza a distribuição indiscriminada de cópias do software como um presente a pessoas e empresas estranhas ao contrato, como ocorreu.

1.728.458/RJ

Gabriela Coelho é correspondente da revista Consultor Jurídico em Brasília.

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3

**Inovação**

4

**Marco regulatório | INPI**

7, 9

**Direitos Autorais**

10